



30026284

08016.014306/2024-61



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SCN Quadra 4, Bloco A, Torre A, Ed. Multibrasil Corporate, 8º andar, - Bairro Setor Comercial Norte, Brasília/DF, CEP 70714-903
Telefone: (61) 3770-5159

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

Nome da autoridade competente: ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA - Secretário Nacional de Políticas Penais.

Número do CPF: 705.477.184-20.

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação de Assistência Jurídica, Social e Religi Alternativas Penais.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 200324 / Gestão 00001 - SENAPPEN.

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 200324 / Gestão 00001 - SENAPPEN.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA Será preenchido após processo seletivo de instituições acadêmicas federais.

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:

Nome da autoridade competente:

Número do CPF:

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:

3. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE INTERVENIENTE Será preenchido com os dados da Defensoria Pública, após processo seletivo de instituições acadêmicas federais

a) Unidade Interveniante

Nome do órgão ou entidade interveniente: Defensoria Pública do Estado XXXXXXXXXXXX

CNPJ:

Endereço:

Nome da autoridade responsável:

Número do CPF:

Cargo/Função da autoridade responsável: Defensor Público Geral do Estado XXXXXX

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

4. OBJETO:

Apoio na implementação do Projeto "Fortalecer" do Ministério da Justiça e Segurança Pública, voltado à implementação de núcleos acadêmicos de atendimento e a Defensoria Pública do Estado da XXXXXXXXXX.

5. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

EIXO - TRANSVERSAL

Ação	Local	Atividades	Metas	Indicador	Detalhamento recebimento
------	-------	------------	-------	-----------	--------------------------

Planejamento e execução	Espaço acadêmico e núcleo instalado no sistema prisional	<p>Efetivação de toda ação estrutural e logística para a instalação física dos núcleos acadêmicos de atendimentos e Acesso à Diretos;</p> <p>Gerenciar equipe integrante do projeto;</p> <p>Prezar pela manutenção de estrutura adequada para execução das atividades;</p> <p>Promover diálogos interinstitucional com a rede parceira do projeto.</p> <p>Preparar os discentes para a atuação no projeto;</p> <p>Supervisionar de forma coletiva ou individual, os discentes do projeto nas atividades dos núcleos acadêmicos de atendimento e acesso a direitos;</p> <p>Produzir relatório das atividades desenvolvidas;</p> <p>Conduzir grupos de estudos e pesquisas relacionadas aos temas pertinentes à qualificação da atuação;</p> <p>Acompanhar ações junto à rede parceria do projeto.</p>	<p>Instalar 1 núcleo de atendimento e acesso a direitos no âmbito do campus.</p> <p>Instalar 1 núcleo de atendimento virtual e presencial nas unidades prisionais atendidas pelo Projeto.</p> <p>Realizar 100% das ações realizadas</p> <p>Desejável que o núcleo possa ter condições de viabilizar atendimentos volantes de forma a ampliar a possibilidade de acesso ao público beneficiário (considerando as barreiras de acesso e as dificuldades de circular a cidade em função do estigma e preconceito.</p>	<p>Número de espaços instalados, considerando a pactuação efetivada.</p> <p>Número de colaboradores (docentes e discentes) compondo a equipe do projeto, considerando a pactuação efetivada.</p> <p>Percentual de realização das ações pactuadas, bem como em plano de ação detalhado para a implementação estrutural do Projeto.</p>	<p>1 Relatório técnico informações e funcionamento acadêmicos de fotos e ateste, Defensoria Pública de Administração congêneres;</p> <p>Os espaços de atuação de e contendo instalações nas áreas de psicossocial e de remição de interface de atendimento judiciário local varas de execução públicas;</p> <p>Equipe mínima:</p> <p>1 (um) coordenador</p> <p>1 apoio administrativo</p> <p>1 supervisor por mínimas de formação Social e Psicologia</p>
-------------------------	--	--	--	---	---

EIXO - CIDADANIA E GARANTIA DE DIREITOS NO SISTEMA PRISIONAL

Ação	Local	Atividades	Metas	Indicador	Detalhamento recebimento
Assessoria técnica à Defensoria Pública	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à direitos no âmbito das unidades prisionais	<p>Preparar os discentes para a atuação no projeto;</p> <p>Acompanhar os participantes do projeto nas atividades de assessoria jurídica;</p> <p>Colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;</p> <p>Prestar atendimento e apoio aos discentes no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;</p>	<p>Orientar 10 discentes inseridos no programa no atendimento e acompanhamento de ações (meta mensal).</p>	Número de estudantes matriculados no projeto de extensão.	1 (um) relatório de atendimento, 1 dos beneficiários do Projeto, a ser equipe de apoio designada, bem como fotografias de
Atendimento Presencial	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à direitos no âmbito das unidades prisionais	<p>Realizar assessoria psicossocial e jurídica em favor de pessoas privadas de liberdade;</p> <p>Acompanhar os participantes do projeto nas atividades de assessoria jurídica;</p> <p>Colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;</p> <p>Realizar instrução, e, caso possível, o encaminhamento para os serviços e equipamentos da rede de proteção social.</p>	<p>Atender 352 pessoas privadas de liberdade em formato presencial, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal -</p> <p>88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos, 88 atendimentos do Serviço Social.</p>	Número de Pessoas atendidas presencialmente	Desenvolvimento de atendimentos respectivos em de atenção psicológica as pessoas privadas para os seus familiares
Balcão Virtual de Atendimento Jurídico às pessoas privadas de	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à direitos no âmbito das	<p>Incremento do acesso à justiça no âmbito do sistema prisional;</p>	<p>Atender 352 pessoas privadas de liberdade em formato virtual, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal -</p>	Número de pessoas atendidas de forma virtual	Desenvolvimento de canal de comunicação atendimento jurídico às pessoas privadas os seus familiares

liberdade e Familiares de pessoas privadas de liberdade.	unidades prisionais	Desempenho de ações sociais para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal; Promoção do pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais;	88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos, 88 atendimentos do Serviço Social.		
Educação em direitos	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à justiça no âmbito das unidades prisionais	Promover atividades de educação em direitos no sistema prisional, como palestras, conferências e debates, visando à qualificação de pessoas privadas de liberdade, familiares e trabalhadores do sistema prisional, bem como a capacitação e formação das famílias de pessoas privadas de liberdade como atores de atuação em situações de crise e na prevenção e combate à violência institucional;	Promover 8 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade; 1 (uma) Cartilha sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos; Atualização das 6 Cartilhas sobre direitos e diversidade (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas indígenas, pessoas imigrantes); 1 (um) curso de capacitação e formação para atuação de famílias na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional;	Número de iniciativas de educação realizadas	Entrega e validação certificada de beneficiário de
Remição de Pena	Núcleo de acesso à justiça no âmbito das unidades prisionais	Apoiar os processos de remição de pena implementados na unidade; Articular ações de remição com poder judiciário local e ministério público;	Instalar 1 equipe multidisciplinar de apoio à remição de pena; Realizar 3 projetos de remição pela leitura, cultura, lazer ou esporte ; Encaminhar e acompanhar 88 processos de remição da unidade prisional beneficiária do projeto (mensal);	Número de equipes instaladas, conforme atendimento pactuado. Número de processos de remição encaminhados ao Poder judiciário.	As equipes de mínimo, pela Lei de Direito, Serviço

EIXO - CIDADANIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Ação	Local	Atividades	Metas	Indicador	Detalhar o recebimento
Articulação e gestão do atendimento ao público	Espaço acadêmico	Preparar os discentes para a atuação no projeto; Acompanhar os participantes do projeto nas atividades de assessoria jurídica; Colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto; Prestar atendimento e apoio aos discentes no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto; Articular fluxos de encaminhamentos afetos à implementação do projeto.	Orientar 10 discentes inseridos no programa no atendimento e acompanhamento de ações (meta mensal).	Número de estudantes matriculados no projeto de extensão.	1 (um) relatório de atendimento dos beneficiários indiretos do entregues à companhia como registros de ações realizadas
Atendimentos Jurídicos às Pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares	Espaço Acadêmico (Núcleo de Cidadania e Reintegração Social)	Promover o acompanhamento processual a ser realizado por discentes do direito em articulação com a defensoria pública dos territórios; Realizar encaminhamentos para rede de proteção social pertinente à qualificação do atendimento do caso. Quando pessoa egressa necessário encaminhar aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoa Egressas e seus familiares, nos territórios onde implantados.	Realização de 240 atendimentos mensalmente.	Número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição	Entrega de 1 quantitativo de informações: 1. Quantidade total de atendimentos realizados por mês, ambos pessoa atendida e familiar; 2. Quantidade de encaminhamentos realizados para quais instituições; 3. Características dos atendimentos realizados: cumprimento de alternativas penais, monitoramento eletrônico, audiência de custódia, audiência de Egressa e familiar

					<p>No que cor cidadania e todas as ati realizadas p</p> <p>Equipe míni 04 (quatro) Direito.</p>
Atendimentos Psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.	Espaço Acadêmico (Núcleo de Cidadania e Reintegração Social)	<p>Atender, orientar e/ou acompanhar demandas psicológicas</p> <p>Realizar encaminhamentos para rede de proteção social pertinente à qualificação do atendimento do caso. Quando pessoa egressa necessário encaminhar aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoa Egressas e seus familiares, nos territórios onde implantados.</p> <p>Realizar encaminhamentos a programas de acompanhamento, cuidado, prevenção e reinserção social de pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, em conformidade com as diretrizes conduzidas pela SENAD/MJSP</p>	Realização de 240 atendimentos mensalmente.	Número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição	<p>Entrega de : quantitativc informaçõe:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quantida totais realiz: mês, ambos pessoa aten 2. Quantida encaminhar para quais ii 3. Caracteri: cumprimenf penais, mor eletronicam audiência d Egressa e fa <p>No que cor cidadania e todas as ati realizadas p</p> <p>Equipe míni 04 (quatro) psicologia.</p>
Atendimento e orientação com profissional do Serviço Social às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.	Espaço Acadêmico (Núcleo de Cidadania e Reintegração Social)	<p>Atender, orientar e/ou acompanhar demandas socioassistenciais.</p> <p>Realizar encaminhamentos para rede de proteção social pertinente à qualificação do atendimento do caso. Quando pessoa egressa necessário encaminhar aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoa Egressas e seus familiares, nos territórios onde implantados.</p> <p>Realizar encaminhamentos a programas de acompanhamento, cuidado, prevenção e reinserção social de pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, em conformidade com as diretrizes conduzidas pela SENAD/MJSP.</p>	Realização de 120 atendimentos mensalmente.	Número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição	<p>Entrega de : quantitativc informaçõe:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quantida totais realiz: mês, ambos pessoa aten 2. Quantida encaminhar para quais ii 3. Caracteri: cumprimenf penais, mor eletronicam audiência d Egressa e fa <p>No que cor cidadania e todas as ati realizadas p</p> <p>Equipe míni 02 (dois) dis serviço soci:</p>

6. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Em decorrência do panorama apresentado pelas políticas penais no Brasil atualmente, considera-se pertinente e necessário o fomento à ações que promovam a se que o Brasil registra atualmente 648.480 pessoas privadas em liberdade em celas físicas do sistema prisional, além de 201.380 em cumprimento de prisão domiciliar de pena de 849.860 pessoas. Cabe ainda destacar o total de 175.315 pessoas em prisão provisória (SISDEPEN, 2023). Os dados supracitados representam o cenário presa numa perspectiva de enfrentar o processo de encarceramento em massa e superlotação do sistema prisional. Assim, as pessoas em situação de custódia expõem variadas questões, políticas, sociais e até por ações das organizações criminosas.

A responsabilização extramuro, como mecanismo que promove a adoção de cumprimento de penas e medidas diversas à prisão, vislumbra responsabilizar, à medida de avançar na agenda de responsabilização penal extramuro, busca-se o fortalecimento das pautas da Política Nacional de Alternativas Penais e de Monitoração Eletroeletrônica de pessoas em liberdade condicional e em cumprimento de alternativas penais, a responsabilização com respeito à dignidade e liberdade. Desta maneira, o acompanhamento dessas vulnerabilidades apresentadas, como a dificuldade de acesso à justiça e fortalecimento dos cuidados de sua saúde mental. Outrossim, o Serviço de Atendimento de direitos fundamentais das pessoas que se apresentam às audiências de custódia, assim como subsidiar o magistrado com o conhecimentos importantes sobre o processo de responsabilização extramuro.

Ademais, é supramundo o fornecimento de subsídios a manutenção da vida e liberdade de pessoas egressas do sistema prisional, em face da significativa estigmatização e vulnerabilidades que permeiam o público egresso quanto seus familiares. Portanto, é primordial ações de cidadania e reintegração social afetas às pessoas egressas e segurança cidadã.

Assim, em convergência, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP em 2011, por meio do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária Pública, indicando a necessidade de implementação de medidas para a ampliação de atividades no âmbito do sistema penal. Dessa forma, surge o Projeto "Fortalecimento de direitos, que é uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública que visa o fortalecimento e a ampliação da atuação dessas Defensorias Públicas Estaduais

Essa iniciativa tem um papel institucional relevante no acesso à justiça e cidadania das pessoas em processo de responsabilização penal, abarcando tanto as pessoas em custódia, em cumprimento de alternativas penais e egressas do sistema prisional. Além do público diretamente implicado no sistema penal, as ações também são realizadas em territórios em que o projeto será implementado, bem como estudantes de graduação e pós graduação de Universidades e Institutos Federais.

Abaixo apresenta-se os pressupostos do Projeto, em especial seus objetivos e estratégias metodológicas.

7. OBJETIVOS

Promover o acesso à justiça, cidadania, aos cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento eletrônico; assim como de seus familiares.

7.1 Objetivos Específicos

- a) Instalar os núcleos de acadêmicos de atendimentos e acesso à direitos no âmbito do Sistema Prisional, das Universidades Federais e institutos do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- b) Apoiar a implementação de serviços de assessoria jurídica popular e gratuita para pessoas privadas de liberdade, visando o acesso à justiça institucional;
- c) Promover o acesso à justiça para a população privada de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais respectivos familiares;
- d) Contribuir para a superação das vulnerabilidades sociais e acesso a direitos, das pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, audiência de custódia, bem como aos respectivos familiares;
- e) Promover a prática extensionista e a formação dos estudantes nos contextos sociais e políticos em que estão inseridos;
- f) Desempenhar ações de prevenção e combate à violência institucional no sistema prisional, por meio da participação social para a construção em parte de docentes, pesquisadores, pesquisadoras, discentes e sociedade;
- g) Fortalecer o papel da universidade no apoio à emancipação social de grupos vulneráveis.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Atendimento concentrado de pessoas privadas de liberdade, em caráter definitivo ou provisório em Unidades Federativas específicas, adotando as medidas judiciais familiares;

Atendimento de pessoas monitoradas eletronicamente, em alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e egressas do sistema prisional, bem como de seus familiares;

Realização de ações educacionais e coletivas voltadas ao engajamento social em torno das políticas penais e de prevenção à criminalidade.

9. METODOLOGIA

O modelo de governança do projeto é pautado por uma estratégia de integração intersetorial e interfederativa pensado para apoiar e ampliar a atuação das Defensorias Públicas, uma vez que o projeto possui ações tanto no campo do sistema penal, quanto do sistema de ensino.

Por meio da atuação integrada com as instituições acadêmicas, em paralelo aos serviços a serem prestados, no âmbito das unidades prisionais e no campus das instituições de ensino, fatores de violação, subjetividades e condições de discriminação, para apreender e compreender, por meio de pesquisa empírica, as perspectivas de acesso à justiça na execução penal e nas políticas penais.

Desse modo, esse projeto prever a participação de profissionais, pesquisadores, estudantes, servidores público, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, pessoas pós audiência de custódia, e em monitoração eletrônica. Assim, fortalecendo o exercício da cidadania no contexto de privação de liberdade, Políticas extramuros das Universidades e Institutos Federais, ao potencializar espaços de articulação intersetorial. Para isso é essencial a capacitação crítica de estudantes, de modo a compreender a realidade social, e a capacitação de todos os envolvidos no projeto como atores relevantes no que toca a atuação em situações de crise e na prevenção e combate à violência institucional.

Ademais, para além das ações de atendimento que abarcarão as pessoas em conflito com a Lei e as impactadas com o contexto de violência e criminalidade, as ações humanas em ambientes prisionais, e fora deles, na tentativa de superar modelos de punição e de controle social estigmatizantes e antidemocráticos.

É importante ressaltar que a estratégia é aderente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abaixo colacionado, pois almeja apresentar instrumentos de redução do enfrentamento da desigualdade, a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, instituições eficazes e responsáveis, bem como para a construção de ferramentas de bem-estar da população vulnerabilizada.

03 - Saúde e Bem-Estar;

09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura;

10 - Redução das desigualdades, e

16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Premissas	Parceria na colaboração da Defensoria Pública e do órgão de administração penitenciária do ente federativo; núcleos de acadêmicos de atendimentos e acesso a direitos no âmbito da Universidade; Núcleo de assistência jurídica e de proteção social nas unidades prisionais beneficiárias do Projeto;
Atuação	Núcleos acadêmicos Proteção e Defesa dos Direitos Humanos Execução Penal Assessoria Popular Reintegração Social Articulação com o Observatório do Projeto.
Metodologia básica para a atuação	Atendimento e do acompanhamento de casos judiciais, por meio de estudantes e docentes da Faculdade de Direito; Atendimento e acompanhamento de pessoas com demandas judiciais, para acompanhamento psicológico e de proteção social por meio de docentes dos cursos superiores referência das temáticas trabalhadas. Encaminhamento para a Rede de Proteção Social e aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas egressas e familiares. Discussão regular de temas e abordagens referente à violência institucional no âmbito da execução penal; Ações focadas territorialmente, e, nos grupos mais vulnerabilizados, como mulheres, pessoas com deficiência e pessoas estrangeiras, bem provisoriamente; A orientação e supervisão das atividades será exercida por docentes da Faculdade de Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gestão de Políticas Sociais e Sociais Aplicadas com a participação de profissionais e estudantes de pós-graduação, e supervisão da Defensoria Pública do Estado.

<p>PRESENCIAL E VIRTUAL</p> <p>Equipe multidisciplinar mínima para atuação no Núcleo de assistência jurídica e de proteção social nas unidades prisionais</p>	<p>Docente orientador/supervisor: Direito; Serviço Social; e Psicologia.</p> <p>Discentes orientandos: Direito (para atender assistência jurídica e ações de remição de pena); Serviço Social; Psicologia; Letras ou Pedagogia.</p>
<p>PRESENCIAL</p> <p>Equipe multidisciplinar mínima para atuação nos núcleos de atendimento instituídos no espaço da acadêmico,</p>	<p>Docente orientador/supervisor: Direito; Serviço Social; e Psicologia.</p> <p>Discentes orientandos: Direito (para atender assistência jurídica e ações de remição de pena); Serviço Social; Psicologia.</p>

Observa-se que os docentes podem estar supervisionando as equipes mínimas dos espaços de atendimento, assim como potenciais parceiros da Defensoria Pública,

9.1 Abrangência

A abrangência é nacional, contemplando unidades federativas de todo o território nacional e focalização nos territórios afetados de forma mais específica com incidência apresentados no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), associados a indicadores da população prisional, da quantidade de pessoas prisioneiras, número de municípios, incidência de homicídios dolosos e presença de equipamentos como as Centrais Integradas de Alternativas Penais, serviços APEC's in: Pessoa Egressa e seus familiares.

10. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

11. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

12. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1...

2...

3...

13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (a ser preenchido pela instituição acadêmica participante do processo seletivo)

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1							
PRODUTO							
META 2							
PRODUTO							

14. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (a ser preenchido pela instituição acadêmica participante do processo seletivo)

MÊS/ANO	VALOR
Atos preparatórios e implementação 70%	R\$
Implementação e Avaliação 30%	R\$

15. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD (O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa) (a ser preenchido pela instituição acadêmica)

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
-------------------------------	----------------	----------------

	(Sim/Não)	
	(Sim/Não)	

16. PROPOSIÇÃO

XXXXXXXXXX

Universidade Federal do Estado da xxxxxxxxxxxx
Unidade Descentralizada

XXXXXXXXXX

Defensor Público Geral do Estado do xxxxxxxxxxxx
Unidade Interviente**17. APROVAÇÃO****ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA**Secretário Nacional de Políticas Penais
Unidade descentralizadora

Documento assinado eletronicamente por **CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO**, **Coordenador(a)-Geral de Cidadania e Alternativas Penais**, em 06/12/2024, às 13:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JUCIANE PRADO LOURENCO DA SILVA**, **Policia Penal Federal**, em 06/12/2024, às 14:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Livia Fontes da Silva**, **Coordenador(a)-Geral de Cidadania e Alternativas Penais – Substituto(a)**, em 06/12/2024, às 14:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30026284** e o código CRC **36AB8CC6**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.